

No Museu de Arte Sacra os restos mortais de Edgard Santos

Como parte das comemorações do 10.º aniversário do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, foram trasladados para aquela instituição os restos mortais do Reitor Edgard do Rêgo Santos. Em solenidade realizada às 9 horas do dia 9 de agosto de 1970, foi descoberta a lápide tumular do ex-Reitor pelo seu filho, Professor Roberto Santos, celebrando em seguida a missa *pro defunctis*, Dom Eugênio Cardeal Salles.

Estiveram presentes às solenidades o Governador Luís Viana Filho, General Abdon Sena, Comandante da Sexta Região Militar, Prefeito Antônio Carlos Magalhães, Reitor Roberto Santos, Srs. Fernando Santos e Dr. Eduardo Santos, filhos do Reitor Edgard do Rêgo Santos, acompanhados de suas espósas e outros membros da família, o representante do II Distrito Naval, o Vice-Reitor Hernâni Sávio Sobral, o Reitor da Universidade Católica, Monsenhor Eugênio Veiga, e grande número de professores, diretores e membros do corpo administrativo da U.F.Ba., e dos meios culturais e artísticos da Bahia.

Na ocasião, o Governador Luís Viana Filho pronunciou o seguinte discurso:

"Quiseram os inspirados idealizadores das homenagens ao Reitor Edgard Santos, no transcurso do decenário deste Museu, coubesse a mim a honra de proferir esta alocução. É quanto mais medito, menos sei, se deva falar da vida ou da morte, tanto parecem

confundir-se nesta oportunidade. Sempre próximas, talvez inseparáveis são elas aqui as duas faces de uma só moeda.

Realmente, se a ausência daquele a quem tributamos o reconhecimento deste Museu e em particular da cultura baiana impõem-nos a idéia da morte que separa, tudo o mais evoca a vida na continuidade das gerações, que se sucedem, conservando lembranças e idéias, que são o fundamento dos povos.

Em verdade, pelas obras que magnificamente realizou, Edgard Santos está tão vivo e tão presente, que a ele bem se ajusta a palavra de Ruy quando dizia que "a morte não extingue; transforma; não aniquila; renova; não divorcia; aproxima". De fato, ao contrário do que é comum, mais o tempo passa, mais o sentimos próximos na Universidade que criou, ampliou e haveria de ser o ideal da fase derradeira da sua existência.

Logrou assim Edgard Santos bem fazer aquilo que durante três séculos fôra o sonho dos baianos desejosos de possuírem desde os prósperos anos da segunda metade do século XVII, e a exemplo do que ocorria em Évora e Coimbra, a sua Universidade.

Contudo, malgrado a riqueza ostentada pela Capital da América Portuguesa, e da cultura desenvolvida a partir do famoso Colégio da Bahia, não medrara a aspiração da Colônia. E três séculos transcorreram entre o pedido da Câmara da Bahia em 1663, e a

fundação da Universidade Federal da Bahia, que teria no Reitor Edgard Santos o artífice devotado e incomparável.

Em verdade, principal pela magnitude adquirida e pela orientação adotada, que fez na Universidade, como devia ser autêntico centro de cultura, na mais ampla expressão da palavra teria ela, como tem, a marca indelével da personalidade do seu admirável fundador. Mas para alcançar esse ideal tão justo e tão alto, quantos obstáculos a vencer, quantas lutas a travar, quanto sofrimento a padecer. Nada entretanto intimidou o ânimo do idealista. Dir-se-ia que nêle a energia e a constância no querer estavam acima da inteligência. E pedra sôbre pedra, vitória sôbre vitória, alcançou levantar a Universidade da qual ainda chegou a ver as ameias.

Mas, se vos disse que êle concebera fazer da Universidade um real centro de cultura, é porque, na época, tal idéia não foi tranqüila nem pacífica. Levados por uma errônea visão do problema universitário não faltaram os que censuravam e mesmo se opunham a uma Escola de Teatro ou um Seminário de Música. Por que uma Escola de Música? Por que uma Escola de Dança? O próprio papel que deveria caber necessariamente à Universidade no desenvolvimento econômico do Estado nem sempre foi bem compreendido e aceito pelos que teriam preferido não se ir além das clássicas unidades de ensino.

E se lembro tais circunstâncias e a benemérita concepção adotada é porque sômente graças a ela pôde a Bahia orgulhar-se d'êste Museu, um dos mais belos do mundo, e em cuja nave repousará o seu criador. Na realidade, muitos acreditaram tratar-se de um corpo estranho à Universidade como se esta pudesse ser alheia à cultura e à beleza. Felizmente, não pensou com êsses o Reitor Edgard

Santos. E no antigo Convento de Santa Teresa, também por longo tempo abrigo dos Seminários, instalou-se o Museu de Arte Sacra, hoje passo obrigatório dos viajantes interessados em ver um ângulo do nosso passado.

Bem justo, pois aquil lhe conservamos o retrato, que, se não dirá muito aos que lhe conheceram a vigorosa personalidade também marcada pelo suave traço do amigo, sempre aos pósteros a imagem que hoje nos enche de saudades. E nada mais próprio que haver o artista, para fundo de sua obra, escolhido a Cátedra da Aula Magna, grandiosa reminiscência da cultura e da ação dos jesuítas, que se anteciparam à deicção da metrópole, deixando-nos essa cátedra, testemunho de um sonho inatingido.

De fato, três séculos mediarão a feita da sóbria e imponente cátedra, talhada para a dignidade do Reitor, e a nomeação de quem pudesse tornar efetiva a aspiração dos padres da Companhia de Jesus, visionários da Universidade do Brasil. Tanto que, para os consolar da decepção, exortara-os Antônio Vieira a se entregarem a uma ciência maior — a ciência da salvação das almas.

Mas, se trezentos anos separam o sonho da Universidade do Brasil da realidade da Universidade Federal da Bahia, devemos ter por certo que a tarefa era difícil e, portanto, reclamava o condutor de alto porte. E êste ela o encontrou no Reitor Edgard Santos, cujas obras estarão sempre além das palavras e agradecimentos que se lhe possamos dedicar. Até porque — e acredito oportuna a observação — em tudo quanto fez não esqueceu de envolver os objetos científicos ou culturais com a moldura da beleza como bem se vê em cada unidade construída. O bom-gôsto parecia inseparável do seu espírito de construtor. E, como bem o atesta êste Museu, dir-se-ia ter a perfeita

consciência de que somente o belo é eterno.

Conta-se que ao se celebrar, com festas solenes, a fundação em 1686, as fortalezas salvaram de espaço a espaço, em honra à Igreja e ao Convento, que na observação de Afrânio Peixoto, — «São, dos sítios religiosos da Bahia, dos mais convidativos ao recolhimento, pela sua claustal e suas obras de arte e de memória ... Desde a invocação Santa Teresa, até o destino — Seminário, tudo é convite ao conhecimento e ao reconhecimento».

Daqui por diante será mais do isso, pois a morte, que o levava, agora nos restitui o Fundador deste conjunto de encantamento para que aqui repouse entre a tranqüila beleza do que nos legou e a perene gratidão que lhe devemos."

NESTOR DUARTE, PROFESSOR EMÉRITO

O discurso a seguir transcrito foi pronunciado pelo Professor Nelson de Souza Sampaio, na sessão em que a Congregação da Faculdade de Direito da U.F.Ba. conferiu ao Professor Nestor Duarte o título de Professor Emérito. A sessão realizou-se no dia 29 de março de 1968.

"Quando recebi a honrosa e grata incumbência de saudar Nestor Duarte, ao ser-lhe entregue o título de professor emérito, afluí-me, mais uma vez, à memória, cena que presenciei, em 1946, na Northwestern University. A Universidade fazia, então, entrega do título de professor *honoris causa* ao Almirante Nimitz, herói nacional, que se havia coberto de glória na campanha do Pacífico contra o Japão, na Segunda Guerra Mundial. O auditório regurgitava de ouvintes. Mas eles pouco tiveram que ouvir da parte de quem

saudou o homenageado. Menos de dois minutos, talvez, foi o bastante para o orador cumprir a sua missão: a leitura tão-somente dos títulos do Almirante, sem o acompanhamento de nenhum elogio, nem sequer de um qualificativo.

A cerimônia não podia deixar de impressionar a um ouvido brasileiro como o meu, habituado a longos e derramados discursos em tais ocasiões. Fiquei, entretanto, sem saber se o fato era uma imposição do protocolo acadêmico ou manifestação da decantada sobreidade anglo-saxônica. Pareceu-me, porém, que, qualquer que fosse o motivo, assim deveria ser numa homenagem dessa ordem. Sem dúvida, a mais eloqüente demonstração da justiça da consagração está na dispensa de apresentação do homenageado. Certamente, tanto o orador daquela solenidade como o auditório haveriam de considerar impertinente que se fosse dizer quem era a figura central daquela cerimônia.

Indago a mim mesmo se não é, de igual sorte, desnecessário dizer, em qualquer parte da Bahia, e especialmente no seio desta congregação, quem é Nestor Duarte e o porquê desta homenagem. Afinal, estamos diante da Congregação a que ele pertenceu como simples professor, e a que continuará a pertencer como professor «emérito». A diferença é de um adjetivo que já lhe pertencia, e que dispensa, por isso, justificação. Poderia, pois, cingir-me à pura enunciação dos títulos que, aliás, ninguém ignora, e proclamar tão-só, Nestor Duarte, advogado, professor de Direito, político, parlamentar, escritor.

Ir além seria reiterar os próprios motivos óbvios da Congregação para conferir-lhe o título. A mim, porém, como a todos os colegas de quem sou intérprete, nos é grata a oportunidade de sêrmos redundantes, afetuosamente redundantes. Com esse estado de espírito, logo nos sentimos

com o direito de observar que Nestor Duarte ainda não esgotou, em nenhuma daquelas dimensões, as potencialidades de sua inteligência. Sublinhamos o advérbio «ainda» — «ainda não esgotou» —, porque, nêle, nenhuma daquelas vocações se aposentou. O professor se aposentou apenas legalmente, mas não de fato. Muito menos se aposentaram o político e o intelectual, que são as marcas mais fortes e envolventes de sua personalidade.

Faz poucos dias, ouvi dos lábios de Nestor Duarte a confissão de arrependimento de haver antecipado a sua aposentadoria do magistério. Vislumbrei em suas palavras uma expressão mal disfarçada de saudade do convívio diário com colegas e alunos. E quando tentei, para mim mesmo, uma explicação dêsse voluntário e prematuro afastamento de uma cátedra tão duramente conquistada, não pude achá-la senão em mais uma manifestação da constante concorrência entre aquelas diversas revelações do espírito de Nestor. Dir-se-lhe que cada uma delas pugna por monopolizar todo o homem e, como não consegue, acaba dividindo-o. O advogado, o político e o escritor fazem concorrência íntima ao professor e chegam a apressar a aposentadoria do catedrático. Mas o professor também não deixou de fazer concorrência ao político e ao escritor, como o ensaísta e o ficcionista entram em competição com o homem público.

Compreendem que não falo de desarmonias, muito menos de contradições, entre as diversas facetas da personalidade de Nestor Duarte. Isso não existe. Refiro-me aos ciúmes exigentes entre várias vocações de um homem, fato que não tem apenas um aspecto psicológico. Possui também um lado sociológico, na cumplicidade do ambiente, cuja pobreza material impõe pesados sacrifícios e decididas dedicações aos que aco-

lhem a carreira intelectual. Nos países subdesenvolvidos, a *intelligensia* tem a compensação de formar uma espécie de aristocracia, cercada de um grande halo de consideração social. Mas, só a duras penas as pessoas de poucos recursos conseguem ingressar nela e a duras penas viver da condição de intelectual.

A luta de Nestor Duarte para alcançar a sua cátedra nesta Faculdade retrata o esforço de todo jovem advogado da classe média, possuído de igual ambição. Vinha êle de uma família de magistrado ilustre, o Desembargador Francisco Duarte Guimarães, que lhe foi, pelo saber e pelo exemplo, o primeiro estímulo para o estudo do Direito. As relações de família e a fama, logo alcançada, de moço de talento já lhe haviam aberto as portas da Câmara dos Deputados Estaduais, na legislatura iniciada em 1929, a última da República Velha, quando ainda vigorava a representação dos «notáveis», num processo que era menos de eleição do que de indicação do alto. A eleição a bico de pena não passava de uma homologação formal da escolha dos governos que atraíam, com alguns poucos «coronéis» do Interior, homens de inteligência para sustentáculo do mandarinato político reinante sobre um país de analfabetos, de raras escolas e de nenhuma verdadeira universidade.

Bem sabemos que, felizmente, êsses títulos não bastavam para o ingresso nos quadros docentes desta Casa. Aí é que o esforço de Nestor Duarte foi representativo do de todo nôvo militante de foro que deseja conciliar o seu labor profissional com o trabalho de sistematizador de conhecimentos. A faina do causídico, sobretudo a do jovem causídico, não é apenas cerebral. É também um trabalho de braços, de pernas, de ouvidos pacientes e, ainda, para usar a expressão popular, de saliva. Cansam-se os braços em escrever pe-

tições e arrazoados, compulsar legislação, jurisprudência e doutrina, como se cansam as pernas em correr para as audiências em procurar alertar escrivães rotineiros e até despertar alguns juizes sonolentos. Fatigam-se as oíças em ouvir os casos dos constituintes, com seus relatos carregados de emoções na maioria das vézes, pois quase sempre não trazem apenas problemas técnicos, mas problemas humanos, não raro «demasiadamente humanos». Por fim, é necessário saliva para convencer ou tentar convencer as partes e os julgadores. E tudo isso é feito com o olho no calendário, numa aposta infrene com os prazos judiciais, em tôdas as horas do dia e da noite. Só nos momentos de trégua dessa labuta diária ou com o sacrificio do merecido e necessário repouso do fim da semana, é possível ao aspirante da cátedra curvar-se sobre os tratados e monografias dos teóricos do Direito. A luta não é muito diferente quando o candidato à catedra é juiz ou promotor.

Atingida a cátedra, não significa que se inicia um plácido labor intelectual. O ensino é mais uma profissão que se soma à anterior. Geralmente, para angústia de muitos é a profissão secundária, pois a luta pela vida impõe que se continue sendo primacialmente advogado, juiz, promotor, político ou banqueiro. Não há condições entre nós — sobretudo no ensino jurídico — para professor e aluno, não dizemos de tempo integral, mas de tempo quase integral. A Universidade, ainda hoje, em todo o Brasil, é uma instituição recém-nascida, filha da lei e não da tradição. Em seus melhores *campus*, como o da nossa, não se vê a pátina do passado. A chamada autonomia da Universidade não possui, sequer, um simbolismo espacial, como se verifica em nosso vale universitário, violentado por um infernal tráfego urbano, e onde as próprias árvo-

res parecem condenadas pelo avanço das construções, inimigas dos espaços verdes. Há, porém, outro traço ainda menos acolhedor do que o dessa paisagem natural: a ausência de estátuas e bustos, essas plantas esculturais que nascem em todos os solos lavrados pela tradição.

A Faculdade da época em que Nestor Duarte e a maioria dos professores de hoje ingressaram no magistério era uma pequena Escola que compensava, paradoxalmente, pelo seu próprio tamanho, essa falta de raízes universitárias. Construído pelo benemérito Bernardino de Souza, cujo entusiasmo era tão grande quanto a sua falta de previsão sobre o crescimento da Cidade, o prédio da Escola se tornou acanhado em menos de 25 anos. Nas suas exíguas salas de aulas, acanhados salões e apenas simbólica biblioteca, reinava um calor humano e uma viva identificação entre professores e entre alunos, que comunicavam a quantos nela ensinaram ou estudavam um espírito de *alma mater*, desconhecido na nova Escola, de belas instalações e numeroso corpo discente. A convivência mais estreita entre docentes e estudantes, que a Cidade menor propiciava, ensejava o método de ensino mais velho e mais eficaz, aquêle das origens medievais da Universidade, pelo contacto mais profundo e quase paternal entre mestres e alunos, contacto que ia além das salas de aulas, dos corredores e das conferências mais frequentes, para se multiplicar nos encontros de rua, nos escritórios e até nas casas dos professores.

Dentro dêsse cenário, Nestor Duarte, professor jovial, expansivo, exuberante nos gestos, ágil na palavra e no raciocínio, logo conquistou a admiração e a simpatia dos seus discípulos. Certa feita, quando o vi depois de uma de suas aulas animadas, com a camisa encharcada de suor, assim definiu a sua preleção: «minha aula é um

parto». Praticava, pois, nas lições, uma dupla maiêutica: a automaiêutica e a do aluno. Mas sempre esteve longe da serena maiêutica socrática. Não por intolerância, que o seu espírito desconhece, mas por impaciência de seguir todos os movimentos da parturição intelectual. Esse inveterado discutido é um imperialista da discussão. Seu método de combate verbal não é o dispare compassado de quem calcula a sua munição lógica e a do contendor, mas o do metralhar nervoso de argumentos que desnorteia o interlocutor e não o deixa tomar fôlego. Geralmente, antes que este conclua a sua contestação, já é atropelado por uma réplica. Quem não quiser ficar imobilizado na argumentação, evitando que o diálogo com ele se transforme em monólogo, precisa usar das mesmas táticas de discussão. arrebatando-lhe também a palavra de assalto ou realizando a manobra nada fácil de detê-lo. por uns segundos, em sua disparada verbal.

Assim, por anos a fio, a voz e o gesto de Nestor Duarte, sincronizadamente vibráveis encheram a sala da primeira série de nossa Escola. imorimindo em muitas gerações de calouros sua inconfundível imagem áudio-visual. Seu período de professor estende-se de 1934 a 1965, mais de três décadas, portanto. Mas, houve as longas interrupções do exercício da cátedra, impostas pelo desempenho do mandato de deputado federal. Sua primeira ausência verificou-se em 1946, quando foi representar a Bahia na Assembléia Constituinte e depois continuou como deputado federal. No ano seguinte, retornou à Bahia, integrando a equipe do Governador Octávio Mangabeira, como Secretário da Agricultura, cargo que exerceu, em angustiante acumulação com a atividade de professor, até julho de 1950, quando se desincompatibilizou para concorrer à reeleição para a Câmara dos Depu-

tados. Desde então as reeleições afastaram-no do ensino até que o insucesso nas urnas de 1962 novamente o devolveu, no ano imediato, ao convívio dos estudantes.

Subtraídos os interregnos da deputação federal, temos cerca de 18 anos de labor docente. Deve-se observar, todavia, que eles poderiam ser contados em dobro, pois, durante quase todo esse lapso de tempo, Nestor Duarte foi o único professor de uma disciplina de aulas diárias, a de Introdução à Ciência do Direito, anote-se, também, que, de 1941 a 1945, o seu tempo docente foi acrescido de mais três aulas semanais, em virtude de acumular a regência da cadeira de Teoria Geral do Estado, em cujo ensino tive a honra de suceder-lhe. A quase totalidade do magistério jurídico de Nestor Duarte desenrolou-se, pois, na velha e sempre lembrada Escola. Sua passagem pela nova Faculdade foi muito rápida, quase que um estágio apenas para a despedida antecipada. Jamais tivemos ensejo de trocar idéias sobre as mudanças do ambiente escolar, desde as diferenças de instalações, o avolumar-se das turmas estudantis, até as modificações nas relações entre mestres e alunos.

Presumo, todavia, que as nossas impressões não divergem a respeito. Quando nos voltamos para a velha Escola, não podemos esconder nosso sentimento de respeito e gratidão para tantos mestres devotados que, com franciscano desprendimento pelas recompensas materiais, prestaram inestimáveis serviços à cultura jurídica da Província e do Brasil. Mas, nesse olhar ao passado nenhum saudosismo se aninha. Sabemos que aquela época teria de ser ultrapassada e devia sê-lo. Em contrapartida, acredito também que o professor que se despede, como o que fica, não pode entusiasmar-se com o estado atual do ensino jurídico em qualquer parte do País.

Esse ramo de ensino é, sem dúvida, o mais rotineiro, o mais refratário a mudanças. E isso pela resistência consciente ou inconsciente de professores e alunos, e pela couraça de um conjunto de interesses criados. Já não queremos comparar os cursos jurídicos com os das ciências matemáticas e naturais, pois que estas últimas, que são as alimentadoras dos progressos da técnica, se aproveitam, no seu ensino das contraprestações dos próprios avanços tecnológicos. Basta-nos o confronto com outros cursos do mesmo campo das ciências humanas, tais como os de Economia e Administração, cursos sem tradição entre nós, mas que se vão modernizando e deixando para trás os cursos jurídicos. Estes crescem dia a dia em quantidade de Escolas e volume de alunos, oferecem cada vez mais cursos noturnos numa época em que tanto se reivindica o ensino de tempo integral, e em que o ensino noturno se elimina dos outros cursos universitários. Consciente ou inconscientemente, essa tendência tem como pressuposto a convicção de que o estudo do direito é o mais fácil, o de menor esforço, e o que se concilia com qualquer outra ocupação, ainda que de tempo integral. Essa crença é irmã da que imagina as diferentes carreiras jurídicas como atividade semi-literárias, para as quais bastam algumas habilidades verbais e certo faro na arte das relações humanas.

Em face disso, não admira que o professor de Direito seja o menos consciente do fato cada vez mais patente, e a que venho chamando de "revolução dos professores". Para ilustrar essa evidência costume dizer que, ao contrário do que muita gente supõe, o maior revolucionário da história russa não é Lenine, mas os seus grandes mestres e pesquisadores. Lenine apenas fez a Rússia ingressar na idade do socialismo, enquanto os seus mestres e sábios

estão fazendo-a entrar na idade atômica, da cibernética e da astronáutica. Desenvolver mais a tese é cair numa série de truismos, como o de que a maior riqueza de uma nação é a inteligência dos seus filhos, porque é ela que cria e explora todas as outras riquezas. Se em nenhuma época se tornou mais evidente a frase de Bacon de que "saber é poder", os verdadeiros mestres, os criadores e transmissores de conhecimentos são, em última análise, os que detêm as chaves dos tesouros, dos arsenais e das fortalezas.

Adivinho, contudo, a resposta algo desalentada de que esse poder revolucionário dos mestres limita-se aos cientistas, que são os primeiros demiúrgos da tecnologia moderna, mas não pertence aos juristas nem aos pensadores. Cada época, segundo alguns, conheceria uma profissão proeminente. Numa ordem cronológica conhecida, teríamos o mago, o sacerdote, o militar, o jurista e o técnico. Nosso esquema do positivismo comtiano, a época do legista já estaria atrás, no período metafísico, em que a inteligência se nutria de abstrações racionalistas, entre as quais a do Direito Natural. Hoje, seria o império do técnico, inclusive de técnico em ciências humanas, desde o psicólogo ao sociólogo que, através da propaganda e da manipulação dos indivíduos e dos grupos, construiriam uma "engenharia social" em que a dominação política se tornaria tão segura e insensível nos valores éticos quanto a dominação da natureza pela técnica. Sem dúvida, aqui está o problema mais angustiante do nosso tempo, a luta desigual entre a técnica e a ética, cuja desproporção nos lembra a de Golias e David, mas cujo drama reside na incerteza se o desfêcho será igual ao do duelo bíblico. De qualquer modo, nossa missão de jurista, como a dos que labutam nos outros campos normativos, juntamente com os humanis-

tas, é a de acentuar nossa vocação de arquitetos sociais com tanto mais vigor quanto mais aumenta o número de "engenheiros sociais". Só assim a megápolis do futuro, a grande colmeia de amanhã, deixará de ser uma prisão geométrica, para ter certa arquitetura: humana, a graça e o gosto que falem tanto à sensibilidade como à consciência dos seus moradores.

Como o jurista, o político humanista é um servidor do mundo ético. Isso me leva a falar de Nestor Duarte político, que já disse ser uma das dimensões maiores de sua personalidade. Foi político antes de ser professor, chegando à Câmara Estadual aos 26 anos de idade, em 1929. A ela voltaria de 1935 a 1937 para ser constituinte e legislador ordinário, ao mesmo tempo que líder da oposição. Seus outros mandatos eletivos foram na Câmara Federal, em quatro legislaturas, de 1946 a 1963. Aí também assumiu o posto de líder, dessa vez líder do Governo, na fugaz administração Jânio Quadros. Em contraste com essa longa vida parlamentar, só exerceu um cargo político executivo, o de Secretário da Agricultura, no Governo Otávio Mangabeira.

Para ilustrar essa saliência do ângulo político no poliedro de sua personalidade, lembraria que ela se revela até na sua vida de escritor, cujos temas prediletos são os de ordem política. A meu ver, seu melhor trabalho de ensaísta é o livro *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, reaparecendo no passado em segunda edição. Nessa valiosa "contribuição à sociologia política brasileira", ressalta-se o traço, comum a todos os povos subdesenvolvidos — a expressão não se usava em 1939, quando se publicou a obra —, da forte coesão dos grupos de parentesco, em especial a família, em contraposição à fraca integração nacional, o que acarreta uma débil consciência da *res publica*,

da coisa pública, fenômeno tão conhecido entre nós. Aprofundar e humanizar o sentido da coisa pública tem sido a diretriz dominante na militância política de Nestor Duarte, numa linha muito fiel às tradições desta Escola, a linha "liberal" no sentido anglo-saxônico do adjetivo, isto é, a que busca o progresso econômico e a justiça social nem a escravidão do indivíduo às igrejas políticas do século. É o que sobressai da preocupação maior de sua vida parlamentar, a da reforma agrária, cujo projeto pioneiro, em 1947, partiu de sua iniciativa. Aí não se esquece o requisito de aumento da produtividade agrícola, que não pode faltar em nenhuma autêntica reforma dessa natureza, mas a nota marcante e motivadora do projeto é o imperativo de justiça social para dignificação do homem do campo. Ao parlamentar não faltava sensibilidade para sentir que a magna tarefa social e política do Brasil de hoje é a de incorporar à comunidade nacional os seus milhões de camponeses, como a tarefa da Revolução de 1930 foi a de começar a valorização dos trabalhadores urbanos.

Também maior obra de Nestor Duarte no reino da ficção, o romance *Tempos Temerários*, revela a mesma predileção pela temática política. Não se trata de romance político, no sentido vulgar de literatura "engajada", que é o eufemismo da arte envergonhada de submeter-se ao jogo da propaganda, qualquer que seja. É o livro mais revelador da inteligência de Nestor Duarte, pela penetração psicológica e pela sutileza das análises sobre os conflitos sociais do nosso tempo, que se traduzem em conflitos íntimos dos indivíduos, prisioneiros da imprópria-mente chamada angústia do século, porque é a eterna angústia humana. Já se notou que esse romance dissecou o tema da angústia como "condição humana", que nos lembra André Malraux, embora a

sua fisionomia a mim me pareça mais aparentada à ficção de Artur Koestler. O livro é visivelmente marcado pelos acontecimentos dos anos de 30, a década mais intensamente ideológica deste século ideológico, se bem que se observe o declínio das ideologias nos países mais industrializados, onde a política, mesmo para as massas, vai assumindo acentuado cunho de pragmatismo. O fenômeno não se estende, entretanto, aos povos subdesenvolvidos, cujas elites ainda se empapam de ideologias fabricadas em diversas latitudes, inclusive naquelas que as usam como arma de poder interno e objeto de exportação na competição de força internacionais.

Aquela década de 30 parece ter impresso um rastro indelével na vida de Nestor Duarte. Por coincidência, a fase em que ele se fez catedrático de Direito, foi também o período das disputas entre comunistas e integralistas, que ecoavam no recinto de sua sala de aula em acaloradas discussões com os estudantes, como foi o decênio do início da 2.^a Guerra Mundial, e, sobretudo, a época do pacto Hitler-Stalin, que dilacerou tantas almas arrebatadas de crentes de ambos os lados das encarniçadas ortodoxias. Não admira, pois, que o romance leve tanto o sinal do suor, até na já aludida competição entre algumas faces do interlocutor. Nêle, o ensaísta consegue distrair, por vêzes, o romancista, fazendo-o esquecer, por momentos, suas personagens, para deixar escapar uma generalização ou fazer cair, de contrabando, uma observação à margem do enredo. O herói do romance tem a vocação tentadora — vá o adjetivo — para a crença ardente. Da entrega enlevada ao Catolicismo passa para a entrega não menos enlevada ao Marxismo, para, afinal, renegar a fé secular como havia renegado a fé teológica. Condena-se, assim, a solidão dos renegados, numa luta de rebelde

romântico, mas só a êsse alto preço se sente reintegrado em sua autonomia intelectual e isento da culpa de trair a pureza do seu ideal revolucionário.

Quem lê êsse romance da maturidade de Nestor Duarte, mede a distância por êle percorrida desde os dias da juventude quando escreveu a sua tese para catedrático, *Direito — Noção e Norma*. Nesta, o jovem sociólogo de Direito recebe a influência da idealização durkheimiana da sociedade e nos fala numa lei de seu perfeccionismo automático, que não passa de uma versão sociologizada da teoria iluminista do progresso social. As fontes inspiradoras dêsse sociologismo de Durkheim e do *Volkgeist* — “o espírito do povo” — dos românticos, e, mais proximalmente, da concepção comtiana da humanidade como “o grande ser”. Irmã dessas é a divinização da história de Hegel, como a divinização marxista da classe, que é a sacerdotisa e serve do processo dialético da História. Em tôdas essas variantes, sociedade, História ou classe, é a mãe desvelada, que educa o indivíduo em seu regaço, e lhe infunde os valores morais, jurídicos e até religiosos. Com algum sacrifício da coerência entre o sociólogo e o moralista, Durkheim pôde escapar das suas premissas e achar um lugar para a consciência ética rebelada, contrapondo o “culto do indivíduo” ao “culto da cidade”. Nestor, agora, também está muito longe dos pressupostos durkheimianos, e muito próximo da análise existencial. Os *Tempos Temerários* — os tempos que viram Hitler e Stalin, como lembraria Raymond Aron — já não permitem os otimismo fáceis. A sociedade, muitas vêzes, deixa de ser mãe para ser a madrastra que nos protege ao preço exigente de nos estraçalhar a personalidade ou roubar-nos o direito de abrir o nosso próprio caminho para nos fazer trilhar a es-

trada do rebanho. Mas o que nasce, vive, pensa, sofre, duvida, ama, odeia, se angustia e morre é o indivíduo. Do fantasma da consciência coletiva nada de certo conhecemos, nem sabemos se há psiquiatras capazes de lhe fazer a catarse.

Do indivíduo Nestor Duarte, na sua realidade profunda, é que gostaria de falar. Mas aqui estanca tanto o direito humano de julgar como o poder de expressão. Minha pobre palavra só pôde pintar, até então, esmaecidos retalhos do homem: o professor, o político, o escritor. A homem inteiro, nós outros, seus colegas, somente podemos dizer-lhe que esta Congregação não lhe seguiu os passos apenas dentro desta Casa. Acompanhou-os pelos caminhos outros do seu destino, feliz de vé-lo sempre de cabeça erguida, em linha reta, nobre de gestos, cheio de calor e generosidade humanos. Só lhe resta dizer que a cadeira que ocupa permanece sua, apenas com o acréscimo, em seu espaldar, desta inscrição, que é uma tentativa de exprimir nosso carinho, admiração e orgulho:

"Nestor Duarte, Professor Emérito".

O FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE BIBLIOTECAS E DOCUMENTAÇÃO

O artigo a seguir transcrito foi originalmente publicado no *Boletim de la UNESCO para las Bibliotecas*, Paris, v, 21 (5) set-out. 1968. Seu autor, Carlos Victor Penna, é diretor da Divisão da UNESCO para o Desenvolvimento dos Serviços de Documentação, Bibliotecas e Arquivos. A versão portuguesa é de Esmeralda Maria de Aragão da Escola de Biblioteconomia e Comunicação da UFBA.

Uma das tarefas mais complexas no planejamento dos serviços de bibliotecas (1) é a de determinar os gastos que exigem esses serviços em todos seus graus e estabelecer normas para seu funcionamento. Há três razões que o explicam: a freqüente falta de estatísticas, a carência de dados precisos nos orçamentos nacionais sobre verbas, destinadas ao desenvolvimento das bibliotecas nos ministérios e instituições de quem dependem; e o fato de que, na maioria dos países em vias de desenvolvimento, os serviços de bibliotecas não formam parte da administração do ensino, de onde resulta que, em geral, seus orçamentos só contêm quantidades para a aquisição de livros que se supõem de caráter didático, em vez de estarem integrados no serviço de instituição docente. Conseqüência disso é a impossibilidade com que se tropeça atualmente para estabelecer normas eficazes que permitam identificar os gastos, analisar os custos e determinar as fontes e os meios de financiamento.

O financiamento dos serviços de bibliotecas está a cargo, em geral, do Estado e o orçamento nacional deve ser, por conseguinte, a fonte principal dos recursos destinados a esses serviços. Esses recursos podem ser completados com outros procedentes de diversas fontes provinciais ou estaduais e municipais, etc. (segundo a organização política e administrativa do país), ou procedentes de instituições privadas ou de origem exterior.

E, no entanto, importante que os encarregados do planejamento dos serviços de bibliotecas se acostumem à idéia de que as normas e os métodos de análises econômicas podem e devem aplicar-se nessa esfera. Isto é necessário, se se desejam obter os melhores resultados com os recursos disponíveis, que são sempre insuficientes para fazer frente às necessidades do desenvolvimento e ampliação dos serviços de bibliotecas.

O papel do especialista em planejamento consiste em obter os máximos benefícios com os recursos disponíveis. Para alcançar esse objetivo deverá organizar preferentemente um sistema

regional ou nacional de serviços de bibliotecas, com uma máxima centralização com respeito aos serviços públicos, em vez de criar bibliotecas isoladas, cujo custo administrativo unitário resulta oneroso, senão proibitivo se se hão de administrar tôdas as bibliotecas do país separadamente, em cada localidade.

Em troca, criar centros culturais da comunidade — especialmente com vistas à educação de adultos —, com uma concentração lógica e conveniente dos meios de informação não somente permitirá estruturar os serviços de coordenação das bibliotecas escolares e públicas, senão também a infra-estrutura cultural do país.

A análise de custos deve, pois, efetuar-se no mesmo momento em que se define a política de planejamento e não *a posteriori*, como ocorre frequentemente.

GASTOS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM OS ÍNDICES NACIONAIS

Os gastos compreendem, em realidade, a totalidade dos recursos necessários para o desenvolvimento dos serviços de biblioteca. Podem ser de duas classes, segundo as fontes de onde procedem os recursos: gastos públicos e gastos privados. Os primeiros são os que correm a cargo do Estado, isto é, da administração central, provincial ou municipal. As subvenções exteriores podem incluir-se neles. Na maior parte dos países, estes recursos constituem, de fato, em grande medida, o grosso dos fundos destinados aos serviços de bibliotecas. Os gastos privados são os que consistem em donativos de organismos privados, tais como fundações e outras instituições ou particulares.

CLASSES DE GASTOS EM FUNÇÃO DE OBJETIVOS DETERMINADOS

Em função dos objetivos que se perseguem, os gastos podem ser classificados em duas categorias:

GASTOS DE CAPITAL — São os que se assinam para a aquisição de terrenos ou locais, edifícios, equipamento,

mobiliários, coleções iniciais de livros e materiais audiovisuais, veículos de transporte, etc.

Os gastos de capital para os serviços de bibliotecas serão vultosos no momento de instalar esses serviços e quando se organizarem as bibliotecas que integrem o sistema. Mas irão diminuindo à medida que as bibliotecas e os diferentes serviços se vão equipando, de acordo com os respectivos planos de desenvolvimento.

GASTOS GERAIS — Estes gastos compreendem as aquisições anuais de livros e materiais audiovisuais, os vencimentos do pessoal (facultativo, auxiliar, administrativo e de serviços), os gastos correntes (eletricidade, gás, comunicações), os de conservação (edifícios, equipamentos, mobiliário, veículos de transporte, etc.), os gastos de material e abastecimento e gastos vários (serviços sociais, seguros aluguel de edifícios, etc.).

ANÁLISE DOS GASTOS

Para poder estabelecer, no período determinado de tempo, a importância dos gastos para os serviços bibliotecários em todos os níveis, seria muito útil compará-los como os "índices" nacionais. Assim, teria valor demonstrativo determinar:

A porcentagem de gastos para os serviços de bibliotecas em relação com a) os gastos do ensino; b) os gastos das atividades culturais.

Esta análise poderia efetuar-se ainda com mais detalhe (tomando em consideração os gastos de capital e os gastos gerais), para poder chegar a porcentagens mais precisas. Por exemplo:

Porcentagens, em relação com o total de gastos do Ministério de Educação, dos gastos relativos a:

Aquisição com destino ao fundo de livros;

Aquisição de livros de texto;

Aquisição de material audiovisual;

Vencimentos do pessoal, etc.

Porcentagens, em relação com o total de gastos da Universidade, dos gastos relativos a:

Edifícios;

Equipamento e manutenção;
Aquisição com destino ao fundo de livros;

Vencimentos do pessoal, etc.

Esta análise detalhada dos gastos deverá fazer-se tendo em conta as fontes seguras de financiamento, tais como o orçamento para os serviços de bibliotecas, dentro do orçamento total do Ministério da Educação, e utilizando as normas sugeridas anteriormente. Dêste modo, poder-se-ão obter os índices comparados dos recursos existentes e seu aumento poderá avaliar-se para poder ampliar e desenvolver convenientemente o sistema de bibliotecas.

CRITÉRIO PARA AVALIAR OS GASTOS FUTUROS

As normas para os gastos dos serviços de bibliotecas e os serviços de documentação devem estabelecer-se sobre a base da população alfabetizada, do índice anual do crescimento demográfico do número de alunos do ensino primário, secundário e superior. Tudo isso tendo em conta os custos normativos que se indicam no quadro que aparece em seguida, com as modificações que se considerem oportunas.

GASTOS PARA DIFERENTES CLASSES DE ATIVIDADES

Para poder determinar as tendências nos gastos dos serviços de bibliotecas, é necessário saber o que se gasta atualmente nos diversos serviços que já existem. Uma divisão dos gastos totais relativos a aquisições, manejo do material adquirido, armazenagem, etc., assim como os custos de pessoal, proporcionaria indicadores úteis e serviria de orientação para poder utilizar melhor os recursos financeiros do que se dispõe.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS: CUSTOS

Sem uma análise dos custos não é possível melhorar a utilização dos recursos. Assim, por exemplo, os custos unitários de utilização dos sistemas

de bibliotecas, comparados com os de outros países, permitiriam medir a produtividade de um sistema.

Os custos podem dividir-se nas classes seguintes:

CUSTOS UNITARIOS MEDIUM — Os custos unitários médios se calculam sobre a base de uma situação dada, dividindo os gastos pela unidade de utilização. Os planificadores dos serviços de bibliotecas determinarão os índices mais convenientes para fixar esses custos unitários médios, não só com o objetivo de avaliar os resultados de um plano determinado, senão também para poder estabelecer normas para futuros funcionamentos. Por exemplo, poderiam tomar-se em consideração os índices seguintes:

INDIVIDUOS: aluno de escola primária; aluno de escola secundária; aluno de escola normal; estudante universitário; pesquisador; escritor.

TEMPO: anos de escolaridade.

ATIVIDADE: a) inversão, metros quadrados de terreno, metros quadrados de edifícios, mobiliário e equipamento, livros, publicações periódicas, discos, diapositivos, filmes, etc.; b) gastos gerais, administração, processos técnicos, circulação.

CUSTOS NORMATIVOS UNITARIOS OU NORMAS

Estes custos não de representar valores "ótimos" para um dado serviço. Podem-se calcular com referência a certos países que dispõem de uma boa organização de bibliotecas, em relação com objetivos razoáveis, justificados pelos recursos e as condições específicas de um país determinado.

Alguns elementos dos custos unitários aumentam proporcionalmente ao aumento das atividades, enquanto que outros diminuem à medida que melhoraram os serviços administrativos e técnicos de uma biblioteca ou que as bibliotecas integradas num sistema ficam totalmente instaladas. Portanto, os custos unitários totais (por livro e por leitor) serão maiores durante a

fase inicial da organização da biblioteca (aquisição de terrenos, edifícios, fundo inicial de livros, equipamentos, etc.), que quando a biblioteca estiver em funcionamento completamente e só se ocupará de servir ao público e de enriquecer progressivamente suas coleções de livros. Isto tem grande importância nos cálculos financeiros para o desenvolvimento do sistema de bibliotecas e é, também, muito útil para responder às diversas hipóteses que possam apresentar-se. Por exemplo, o

fato de que uma biblioteca necessita mais livros ou tenha de atender a mais leitores não significa necessariamente que o total de gastos aumente proporcionalmente.

Para ter uma base que sirva para determinar os custos normativos unitários, os dados do quadro que figura mais adiante foram tomados de publicações sobre preços normais. Será, desde logo, necessário modificar consideravelmente essas cifras antes de poder aplicá-las a muitos países.

CUSTOS UNITÁRIOS NORMATIVOS

	Bibl. Escolares por aluno	Bibl. Pub. gasto por 1.000 hab.	Bibl. Univ. gasto por 1.000 est.	Bibl. Especiais gastos por 100 pesquisadores
Custos iniciais	\$1	\$1	\$1	\$1
	a	b	c	d
Locais	25	6.240	100.000	17.250
Livros e auxiliares audiovisuais	8	e 4.500	f 500.000	g 150.000
Mobiliário e equipamento	2	h 1.500	h 125.000	n 37.500
Custos anuais				
Locais	—			
Livros auxiliares au- diovisuais	g 4	e 920	h 50.000	i 15.000
Mobiliário e equipa- mento	a 1	h 300	h 12.500	h 3.750
Pessoal		l 1.450	m 93.750	m 28.750

I — Cifras dadas em dólares.

II — As letras remetem para publicações que dão os cálculos que objetivam o custo.

1 Penna, Carlos Victor. Planejamento de Serviços Bibliotecários. *Boletim de la Unesco para las Bibliotecas*. Paris, v. 21 (2) mar./abr. 1967, art. 87. Publicado também pela Oficina de Educação Ibero-americana, Madri, 1968.

PERSPECTIVAS

Dada a atual insuficiência dos serviços de bibliotecas em muitos países em vias de desenvolvimento, e vista a escassez dos recursos disponíveis e a necessidade urgente que têm os governos de efetuar inversões concretamente no campo do ensino primário, o desenvolvimento e o financiamento dos serviços de bibliotecas só podem levar-se a cabo nesses países paulatinamente e passo a passo. Por isso é conveniente assinalar os problemas de maior importância que se não de resolver e fixar uma ordem de prioridade para seu financiamento. Surgem aqui as seguintes perguntas: pode-se estimar, como uma necessidade urgente, a formação de pessoal? Devem ser considerados como problemas prioritários o aperfeiçoamento do pessoal em serviço, o planejamento dos serviços das bibliotecas, a criação de bibliotecas experimentais ou de sistemas experimentais regionais, a criação de bibliotecas eficazes nos estabelecimentos de formação do pessoal docente e nos estabelecimentos de ensino secundário, a centralização dos estudos superiores e dos serviços de investigações? Ademais, dada a importância cada vez maior que adquire a comunicação de informações e a existência do Programa de Catalogação Cooperativa dos Estados Unidos, pode considerar-se também como atividade prioritária a criação de uma estrutura nacional (serviço centralizado de consulta, catálogo centralizado, serviço de duplicação fotográfica, distribuição lógica dos duplicados, recibo e distribuição das publicações trocadas com outros países, harmonização das aquisições, etc.) que facilite essa comunicação e permita que um país, graças a tal estrutura, disponha, fora do seu território, de recursos facilmente acessíveis. Há de ter primeira prioridade a compilação de uma bibliografia ordinária? Convém fixar e escalonar no plano, a breve prazo, os custos das prioridades estabelecidas.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Como já se disse, pertence ao Estado a obrigação de manter os serviços na-

cionais de bibliotecas e, por conseguinte, sua principal fonte de financiamento há de ser o orçamento nacional. Não obstante, esses recursos orçamentários podem completar-se com outros, procedentes, por exemplo, dos organismos estaduais ou provinciais e municipais (se o país está organizado dessa maneira política-administrativamente), ou de entidades nacionais privadas, dos usuários e da ajuda do estrangeiro.

FONTES NACIONAIS — PORCENTAGEM DO ORÇAMENTO

Não se fazem suficientes estudos, nos países em vias de desenvolvimento, para determinar a porcentagem do orçamento do Ministério de Educação, dos demais ministérios, dos organismos provinciais e municipais, que se destina às escolas e às bibliotecas públicas e nacionais. E essa porcentagem é de importância vital para todo o plano de desenvolvimento das bibliotecas. Pode tomar-se, como ponto de partida, a cifra de 4% do orçamento total da educação. Por exemplo, o orçamento de educação do Equador ascende a 220 milhões de sucres; a soma de 8,8 milhões de sucres (isto é, os 4% do orçamento) poderia financiar o custo médio anual do plano decenal, preparado na Reunião de Peritos em Planejamento Nacional de Serviços de Biblioteca na América Latina (Quito, 1966).

O Seminário Regional sobre desenvolvimento de Bibliotecas Universitárias na América Latina (Mendoza, Argentina, 1962) propôs que se destinasse aos serviços bibliotecários 5% dos orçamentos das universidades.

A Reunião de Peritos sobre o Desenvolvimento de Bibliotecas Escolares na Centro-América, que teve lugar em Antigua (Guatemala) de 29 de julho a 2 de agosto de 1968, estabeleceu uma porcentagem de 1,5% dos orçamentos de educação de ditos países para sub-administrar, em 1972, serviços de bibliotecas aos 50% dos plantéis do ensino secundário e aos 25% das escolas primárias.

As porcentagens fixas podem ser um obstáculo para alcançar, no futuro, um aumento dos orçamentos. Por isso, as cifras de 4 e 1,5% só devem ser indicações que sirvam como base para iniciar estudos com os organismos encarregados da consignação de créditos.

IMPOSTOS ESPECIAIS

Os impostos especiais podem ser uma fonte de financiamento. Cuba construiu e dotou sua magnífica Biblioteca Nacional graças a um imposto direto sobre cada saco de açúcar exportado. Assim, em poucos anos, reuniu os fundos necessários.

OUTRAS FONTES DE RECEITA

Na medida do possível, os serviços de bibliotecas devem ser gratuitos. Mas, é conveniente recordar que, na América Latina, muitas bibliotecas públicas funcionam graças às contribuições dos usuários, e que, nas inscrições de matrícula de algumas universidades, há uma pequena parte destinada aos gastos dos serviços das bibliotecas. Há que ter, pois, em conta essas possíveis fontes de renda, especialmente nos primeiros anos do plano, quando as inversões de capital em livros, equipamento e locais são proporcionalmente custosas.

AJUDA ECONOMICA DOS ORGANISMOS NACIONAIS

As associações de caráter cultural, as fundações privadas, as empresas e sindicatos são fontes possíveis de financiamento que convém examinar. As associações de pais de alunos (que em muitos países contribuem para custear escolas de ensino primário), os movimentos da juventude, os sindicatos e outros organismos de caráter social têm facilitado o aumento dos orçamentos de educação nacional e, acertadamente estimuladas, poderiam facilitar também o dos serviços de bibliotecas. As associações de editores

podem ser também uma fonte de financiamento, pois um sistema de bibliotecas que conte com bons apoios financeiros pode constituir a melhor base econômica dos negócios editoriais: a Reunião de Peritos sobre a Produção e Distribuição de Livros na Ásia comprovou que 80% dos livros publicados nos Estados Unidos são adquiridos pelas bibliotecas.

RECURSOS PROCEDENTES DO ESTRANGEIRO

A maioria dos países em vias de desenvolvimento não podem organizar os serviços de bibliotecas sem alguma ajuda técnica e econômica do estrangeiro. Os governos poderiam tratar de obter esta colaboração para o financiamento dos serviços de bibliotecas sempre que o julgarem conveniente e necessário. As principais fontes desse gênero de ajuda são as seguintes: as Nações Unidas e os organismos especializados (especialmente a UNESCO, a UNICEF, a FAO, a OIT e a OMS), com encargo ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (setores de Assistência Técnica e Fundo Especial), assim como ao Programa de Participação em Atividades dos Estados Membros e ao programa ordinário desses diversos organismos especializados. Organizações nacionais e internacionais: a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller e outras; universidades que ajudam a outras universidades; organizações como a CARE e o Corpo da Paz.

Uma das principais fontes exteriores é a ajuda bilateral, e os encarregados do financiamento dos serviços de bibliotecas deveriam estudar, com a maior atenção, suas possibilidades. A ajuda bilateral pode ter repercussões financeiras e políticas que estão fora do planejamento dos serviços de biblioteca, mas se reveste de tal importância que os encarregados do planejamento devem saber em que consiste essa ajuda e como funciona, para poder tirar dela todas as vantagens pos-

síveis e, no momento oportuno, recomendar às autoridades que atentem para ela poder levar a cabo seus planos.

OBJETIVOS

Todos os países deveriam estabelecer determinados objetivos que não de ter-se em conta no financiamento de seus serviços de bibliotecas. Esses objetivos deverão estar adaptados a cada tipo de biblioteca. Se temos em conta os gastos atuais, o número de alunos do ensino primário, secundário e universitário e a população alfabetizada, se poderiam fixar os objetivos aplicando a seguinte fórmula: a) $M \times S$, onde M = objetivo no que se refere à matrícula e S = custo médio unitário dos serviços de bibliotecas por cada aluno; b) $I \times S$ onde I = população alfabetizada e S = custo médio unitário dos serviços de bibliotecas por cada pessoa alfabetizada.

Tendo em conta o número de alunos calculado para 1970 e 1980 e a população alfabetizada que se calculava para esse mesmo período de tempo, a aplicação da fórmula mencionada permitiria fixar os objetivos oportunos para os gastos necessários em matéria de serviços de bibliotecas em 1970 e 1980.

INQUÉRITO SÓCIO-ECONÔMICO ECOLÓGICO EM UMA POPULAÇÃO URBANA DO INTERIOR

Trabalho apresentado ao XVII Congresso Brasileiro de Higiene realizado em Salvador de 8 a 14 de dezembro de 1968, o inquérito a seguir transcrito foi levado a efeito por uma equipe integrada pelos Profs. Celso Pugliese, Jair Campelo de Siqueira. A orientação da pesquisa esteve a cargo do Prof. José Duarte de Araújo.

I INTRODUÇÃO

Um dos objetivos a que se propõe a Cadeira de Higiene e Medicina Preven-

tiva da Universidade Federal da Bahia, dentro da sua filosofia de ensino, que é a de proporcionar aos estudantes uma visão objetiva e, tanto quanto possível, uma vivência da problemática de Saúde das nossas populações, é o de dar aos seus alunos a oportunidade de um estágio de campo em comunidade do Interior, onde se espera que a maioria dos novos médicos venham a exercer a sua atividade profissional. Até 1967 não tinha sido possível a realização de um programa desta natureza, por falta de um dispositivo local que servisse de apoio às atividades didáticas. Em dezembro de 1967, contudo, contando com a colaboração da Prefeitura de São Félix, da Santa Casa da Misericórdia e do Posto de Higiene daquela cidade, foi planejado um programa, de caráter eletivo, para ser executado no período de férias acadêmicas, de janeiro e fevereiro de 1968. Os participantes voluntários do programa seriam, em sua maioria, estudantes que acabavam de concluir o 2.º ano médico e que já haviam recebido os Cursos de Introdução à Medicina Preventiva e de Bioestatística, e alguns estudantes da 5.ª ou 6.ª série médica, desejosos de encaminhar-se para uma carreira de Sanitarista.

O PLANO BÁSICO PREVIA AS SEGUINTE ETAPAS:

- 1.ª fase — (janeiro e fevereiro de 1968) — Inquérito sócio-econômico e ecológico da comunidade.
- 2.ª fase — (julho de 1968) — Inquérito parasitológico na mesma população.
- 3.ª fase — (janeiro e fevereiro de 1969) — Inquérito de morbidade na mesma população.

O cronograma planejado visava adequar o tipo de estudo a ser feito ao nível de formação dos estudantes do 2.º ano, para os quais estava orientado o programa. Assim, eles teriam, inicialmente, uma visão da situação sócio-econômica de uma população de uma pequena cidade do Interior e das

Tabelas 1 a 3

DESCRIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
1. HIGIENE PESSOAL	
TOTAL	100,00
Excelente	4,00
Bom	31,3
Média	39,7
Abaixo da média	18,7
Precária	5,9
Não observada	0,4
TOTAL	100,00
2. HIGIENE DA CASA	
Excelente	7,0
Bom	29,8
Média	35,7
Abaixo da média	20,2
Muito suja	7,3
Não observada	—
TOTAL	100,0
3. TIPO DA HABITAÇÃO	
Próprio	63,9
Alugada	27,2
Cedida	3,9
TOTAL	100,0

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Tabelas 4 a 6

DESCRIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
4. REMOÇÃO DE DEJECTOS	
Réde de esgôto	24,3
Fossa séptica	6,5
Fossa negra	3,7
Lançado ao solo	62,1
Lançado ao rio	3,3
TOTAL	100,0
5. INSTALAÇÕES SANITARIAS	
Instalações sanitárias próprias	31,5
Instalações sanitárias coletivas	1,1
Sem instalações sanitárias	67,4
TOTAL	100,0
6. DESTINO DO LIXO	
Coletado	20,1
Inclinerado	2,0
Permanece ao solo	77,9
TOTAL	100,0

Tabelas 7 a 10

DESCRIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
7. PONTE DE ABASTECIMENTO DE AGUA	
Água encanada	42,3
Água de chafariz	31,3
Água de fonte natural	11,0
Água de rio	15,4
TOTAL	100,0
8. ARMAZENAMENTO DE AGUA	
Talha com torneira	9,9
Talha sem torneira	89,3
Outro	0,8
TOTAL	100,0
9. TRATAMENTO DA AGUA	
Filtrada	13,5
Fervida	3,9
Não tratada	82,6
TOTAL	100,0
10. TIPO DE ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL	
Elétrica	55,6
Não elétrica	44,4
TOTAL	100,0

Tabelas 11 a 14

DESCRIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
11. CONSERVAÇÃO DA CASA	
Muito boa	6,3
Boa	29,7
Média	37,2
Abaixo da média	22,3
Em ruínas	4,5
TOTAL	100,00
12. TIPOS DE PAREDES DA CASA	
Tijolo revestido sem fendas	20,0
Tijolo revestido com fendas	10,3
Barro batido revestido sem fendas	35,3
Barro batido revestido com fendas	34,2
Barro batido não revestido	4,8
Outros	0,4
13. ÍNDICE DE AGLOMERAÇÃO	
Menos de 1	50,4
1 a 1,9	33,2
2 ou mais	11,4
TOTAL	100,0
14. TIPOS DE PISOS DA CASA	
Soalho	1,8
Tacos	2,6
Ladrilhos	32,4
Cimento	33,1
Barro batido	37,9
Outros	6,6

Tabelas 15 a 17

DESCRIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
15. PROCEDENCIA DO CHEFE DA FAMILIA	
Interior, mesmo Município	40,8
Interior, outro Município — Est. Bahia	55,0
Capital — Estado da Bahia	1,1
Outro Estado	1,5
TOTAL	100,0
16. PROCEDENCIA DA ESPOSA OU COMPANHEIRA	
Interior, mesmo Município	41,9
Interior, outro Município — Est. Bahia	55,0
Capital — Estado da Bahia	0,8
Outro Estado	2,5
TOTAL	100,0
17. TEMPO DE RESIDENCIA NA AREA — CHEFE	
Menos de 1 ano	2,2
1 a 4 anos	11,8
5 a 9 anos	7,6
10 a 14 anos	8,5
15 ou mais anos	70,1
TOTAL	100,0

Tabelas 18 a 20

DESCRIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
18. TEMPO DE RESIDÊNCIA NA ÁREA — ESPOSA OU COMPANHEIRA	
Menos de 1 ano	4,0
1 a 4 anos	16,5
5 a 9 anos	11,8
10 a 14 anos	10,2
15 e mais anos	57,5
TOTAL	100,0
19. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL — Aposentados	
INPS	70,8
Não paga	29,2
TOTAL	100,0
20. UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	
Fogão a gás	13,6
Rádio	39,3
Rádola	4,8
Geladeira	8,1
Televisão	1,8
Enceradeira	1,8
Outros	31,6
TOTAL	100,0

Tabelas 21 e 22

21. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR IDADE

Amostra de 1.291 indivíduos, 272 famílias — 1968 — São Félix — Bahia

IDADE (anos)	N.º	%
0-4	195	15,1
5-9	194	15,0
10-14	133	14,2
15-19	139	10,8
20-39	257	19,9
40-59	214	16,6
60 e mais	109	8,4
TOTAL	1.291	100,0

22. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR SEXO E GRUPOS DE IDADE

Amostra de 1.291 indivíduos, 272 famílias — São Félix — Bahia — 1968

IDADE (anos)	SEXO		TOTAL
	masculino	feminino	
0 a 19	60,5	50,4	55,1
20 e +	39,5	49,6	44,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Tabela 23

RENDA ANUAL PER-CÁPITA NCr\$	N.º	%
100,00	44	17,3
100,00 — 199,00	64	25,2
200,00 — 399,00	72	28,3
400,00 — 599,00	35	13,6
600,00 — 799,00	23	9,1
800,00 — 999,00	4	1,6
1.000,00 e +	12	4,7
Ignorado	18	—
TOTAL	272	100,0

condições do meio ambiente, ao tempo em que adquiriam experiência na metodologia de um inquérito. Na 2.ª fase, em meio ao 3.º ano médico, já familiarizados com os métodos laboratoriais de Parasitologia, teriam eles a oportunidade de realizar o levantamento da prevalência de parasitoses intestinais na região. Finalmente, na 3.ª etapa, após concluído o 3.º ano e os Cursos de Propedêutica Médica e de Patologia, estariam eles capacitados à realização de um inquérito de morbidade.

A razão de ter-se planejado todo o programa em período de férias foi de ser o mesmo de caráter eminentemente experimental, não havendo ainda previsão de carga horária para este tipo de atividade em nosso currículo.

A mesma razão, bem como a necessidade logística de utilizar um número limitado de estudantes, justificam ter sido o programa realizado como atividade de livre escolha.

Aliás, vale aqui destacar outra finalidade de termos proposto tal programa em tal época, qual seja a de atrair os estudantes para uma atividade consentânea com o seu grau de formação, evitando a sua ida precoce e inconveniente para treinamento não supervisionado em serviços clínicos não pertencentes à Universidade.

2. MÉTODOS

a) Questionário:

Foi aplicado o questionário padronizado da Clínica de Família do Serviço de Medicina Preventiva, tendo sido feito prévio treinamento dos estudantes em sua aplicação.

b) Amostragem:

Tomou-se como unidade de amostragem a família ou residência. Procedeu-se ao mapeamento e numeração dos domicílios urbanos, em número de 1.775. Subseqüentemente, procedeu-se à amostragem casual simples em um único estágio, sem reposição, utilizando uma tabela de números casuais. Foi tomada uma amostra de 15,2% (270 unidades familiares).

c) Aplicação do questionário:

Os questionários foram aplicados de casa em casa, de acordo com a amostragem previamente descrita. Durante cada semana, trabalhavam 5 estudantes do 2.º ano, chefiados por um quintanista ou sextanista.

d) Coordenação e Supervisão:

A coordenação do programa ficou a cargo do Professor Regente (José Duarte de Araújo) e de dois Professores Assistentes da Cadeira (Celso Pugliese e Antônio Carlos Silva Santos), os quais, semanalmente, se deslocavam até São Félix para fazer, juntamente com os estudantes, a revisão dos questionários aplicados durante a semana.

Ao nível local, a supervisão diária das equipes de estudantes foi feita por um sociólogo residente na localidade (Roberto Costa Pinho).

e) Apuração:

Os questionários foram tabulados e apurados estatisticamente pela estatística do Serviço de Medicina Preventiva (Célia Netto Dias) e por um dos estudantes participantes do programa (Jaír Campelo de Siqueira).

3. RESULTADOS DO INQUÉRITO

O Município de São Félix fica localizado na zona fisiográfica do Recôncavo, distando 150km de Salvador, às margens do Paraguaçu, com uma superfície de 116km² e uma população estimada de 15.000 habitantes, dos quais, aproximadamente, 8.000 residem na cidade-sede e o restante, no distrito de Outeiro. Trata-se de um município cuja economia tem como base a lavoura fumageira, a qual se encontra em fase de decadência, o que tem ensejado, inclusive, emigração do seu contingente populacional para outras regiões mais prósperas. É importante destacar que a sede do município tinha uma população de 8.856 habitantes, no recenseamento de 1950, e de 8.605, no recenseamento de 1960, apresentando assim um decréscimo de 2,8%.

A aplicação dos questionários a uma amostra representativa permitiu apre-

clar os seguintes fatos relativos à sede do município e à sua população:

A) No que tange às condições de habitação e de saneamento do meio (Tabelas 1 a 14), fica evidente a precariedade das condições ali prevalentes, sendo de destacar, como de particular importância, o problema da falta de instalações sanitárias em 67,4% das moradias, o lançamento do lixo ao solo sem nenhuma forma de tratamento em 77,9% das casas. As condições de abastecimento d'água são um pouco melhores, tendo 42,3% das casas água encanada. Contudo, a água não sofre nenhum tratamento em 82,6% das residências e em 89,3% fica armazenada em talhas sem torneiras, exposta à maior contaminação. Ficou constatada a existência de paredes fendidas em 44,5% das casas, sendo que 74,3% delas eram de barro batido. A isto associa-se o fato de que 62,5% das pessoas entrevistadas conhecem o "barbeiro" e 28,5% são capazes de identificá-lo. Chegou-se a encontrar o inseto em 5,6% das casas. Não foi alto o índice de aglomeração observado.

B) No que tange à população (Tabelas 15 a 23), verifica-se, tomando a família como unidade, serem as mesmas oriundas, em sua quase totalidade, do mesmo município ou de outras cidades do Interior, sendo que 78,6% ali residem há mais de 10 anos. A distribuição por grupos etários mostra a predominância de jovens, sendo 44,3% abaixo de 15 anos. Nota-se que na distribuição por sexo há um predomínio do sexo masculino abaixo dos 20 anos, invertendo-se a relação acima dos 20 anos o que pode representar efeito de migração em busca de trabalho. A renda anual per-capita abaixo de NCr\$600,00 (= U. S. \$222.22) em 84,6% da população.

4. ANDAMENTO DO PROGRAMA — COMENTÁRIOS

Devido aos movimentos estudantis ocorridos durante os meses de junho e julho de 1968, foi impossível a realização da 2.ª etapa do plano na época

prevista. Deverá, entretanto, ser a mesma executada em janeiro e fevereiro de 1969, sendo possível a realização do inquérito de morbidade, conjuntamente com o inquérito parasitológico. Dado o êxito alcançado pela primeira fase do programa, julgamos conveniente não só dar prosseguimento ao plano estabelecido para este inquérito, como deslocar outras turmas de estudantes do mesmo nível, para execução de programas semelhantes em outras comunidades que ofereçam condições para tais estudos. Além do valor didático de tal inquérito, os dados resultantes serão levados ao conhecimento das autoridades sanitárias responsáveis e, certamente, irão constituir-se em importante subsídio para o planejamento das atividades de saúde na região. Este tipo de programa ajusta-se ainda, em sua concepção, às recomendações da IV Conferência Nacional de Saúde de que haja participação das Universidades na elaboração dos Planos de Saúde, em seus vários níveis.

Julgamos que a apresentação e discussão do referido inquérito vale, não só pelos dados obtidos sobre a população em estudo, mas, sobretudo, como um modelo de programa de treinamento do estudante de Medicina no campo, o qual é considerado altamente desejável, dentro dos fins a que se deve propor a educação médica em nosso meio.

Reconhecemos as limitações de um programa realizado para um pequeno grupo de estudantes como estudo-piloto, e recomendamos que o mesmo sirva de ponto-de-partida para programas mais abrangentes e contínuos de treinamento de estudantes na zona rural. Para tanto, podem ser utilizados como órgãos de apoio os serviços locais de saúde (federal, estaduais, municipais e beneficentes). Restará, porém, resolver os problemas logísticos, bem mais complexos, referentes a: 1 — Reconhecimento oficial do programa e atribuição da carga horária indispensável. 2 — Transporte e alojamento dos estudantes e, 3 — Criação de um adequado dispositivo docente de supervisão.